



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 2 de abril de 2011

A CRITICA

PESCA E AQUICULTURA..... 1
ECONOMIA

A CRITICA

BIC DA AMAZÔNIA 2
CIDADES

AMAZONAS EM TEMPO

Convênio entre Brasil e Noruega beneficia AM..... 3
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO

Indústria do PIM demite 170 funcionários..... 4
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO

Consulta pública..... 5
ECONOMIA

PESCA E AQUICULTURA

Embaixadora crítica e ministra assopra

Turid Eusébio veio a Manaus discutir assuntos relacionados à pesca

A embaixadora da Noruega, Turid Eusébio, traçou um diagnóstico que certamente não está nos planos da ministra de Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, admitir em sua visita de quatro dias a Manaus. Para a norueguesa, o Brasil tem recurso hídrico suficiente para alavancar o setor de pesca e aquicultura, mas não investe em pesquisa, tecnologia, controle e manejo sustentável do pescado. Referindo-se ao Amazonas, ela disse que a Noruega e o Brasil trarão para cá a tecnologia utilizada pelos noruegueses no cultivo do pescado. Os primeiros resultados devem ser vistos nos próximos meses.

Destaques

O superintendente da Conab no Amazonas, Thomáz Silva, informou que a inclusão do milho nos leilões destinados à piscicultura já tramita no órgão, assim como a inclusão do milho no programa de venda direta no balcão.

A embaixadora e a ministra participaram ontem, pela manhã, no auditório da Suframa, do encerramento do Encontro Brasil-Noruega para o Desenvolvimento da Pesca e Aquicul-

tura. À tarde, Salvatti reuniu-se com representantes amazonenses do setor. Eusébio disse que na Noruega a pesca é uma das prioridades do governo, o que levou o país a ser o maior exportador de peixe do mundo.

A ministra Ideli Salvatti disse que em agosto uma delegação de produtores brasileiros, incluindo amazonenses, irá participar de uma das maiores feiras de pesca e aquicultura do mundo, mas nada acrescentou sobre recursos previstos para o setor de pesca no Amazonas, a não ser que os projetos nessa área terão que passar pelo crivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

PLEITOS

Representantes de entidades expuseram a ministra Ideli Salvatti um retrato das dificuldades do setor de pesca e aquicultura no Estado. Entre os pleitos estão o ordenamento do território da pesca, que segundo pes-

cadores faltam rios e lagos para pescar por conta de conflitos com as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e áreas indígenas, e querem o retorno da entrega da carteira dos pescadores que não são ligados às colônias pela superintendência.

De acordo com a Lei 11.699/2009, somente as colônias, as federações e a Confederação são reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca. Por conta disso, os pescadores ligados aos sindicatos, associações e cooperativas tem de pegar as carteiras e documentos na sede do IDAM nos municípios. "Tivemos um prejuízo enorme e hoje a superintendência do trabalho está cancelando 4 mil carteiras", disse Ronildo Nogueira, presidente do Sindicato dos Pescadores do Amazonas.

Outros reivindicações são o incentivo fiscal nos insumos da ração e inclusão do milho no leilão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a piscicultura, um dos principais ingredientes da ração.

A presidente da Federação da Aquicultura Familiar do Estado do Amazonas, Ilce Assis, propôs que o governo subsidie em 30% os insumos da ração. "Sem isso não temos condições de competir com o pescado que vem de fora".

BIC DA AMAZÔNIA

Gás de amônia vaza em fábrica

Produto vazou de uma das linhas de produção

SÍNTIA MACIEL
DO PORTAL ACRÍTICA.COM

Uma quantidade não especificada de gás amônia vazou, na manhã de ontem, de parte das tubulações da empresa BIC Amazônia, localizada no Distrito Industrial, Zona Sul, o que resultou no isolamento de uma determinada área da fábrica, por uma equipe do Corpo de Bombeiros que atendeu a ocorrência. A chamada de vazamento de gás na BIC Amazônia foi registrada pelo Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) por volta das 8h.

Em nota oficial divulgada pela assessoria de comunicação da BIC, o vazamento de amônia – utilizado para tratamento térmico de metais –, na linha de produção de um dos componentes de isqueiros, não acarretou nenhum dano aos seus colaboradores, tampouco ao meio ambiente.

O funcionário que abriu o setor – cujo nome não foi divulgado –, e que percebeu o vazamento, teve pronto-atendimento na enfermaria da fábrica e foi encaminhado a um hospital da rede particular, por precaução. O mesmo passa bem.

Convênio entre Brasil e Noruega beneficia AM

A parceria, cuja finalidade é prioritariamente comercial, prevê a troca de experiências e a transferência de tecnologia entre os países

ALYNE ARAÚJO
Equipe do EM TEMPO
alynearaujo@emtempo.com.br

A assinatura do convênio entre o Brasil, por meio da ministra Ideli Salvatti, e a Noruega, na manhã de ontem, deverá beneficiar o segmento da pesca no Amazonas. O país escolheu o Brasil como parceiro estratégico para novos investimentos e troca de experiências nos setores de ciência e tecnologia e de petróleo e gás.

Em troca, o país poderá adquirir mais conhecimentos na área pesqueira, que é o segundo maior polo econômico da Noruega. Juntos, os dois países vão trabalhar com o desenvolvimento de planos de ações importantes para ambos para incentivar e potencializar o segmento.

De acordo com a ministra, por enquanto, os recursos para o convênio são provenientes do ministério. "Ainda estamos em fase de análise de projetos para firmarmos outras parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)", afirmou.

Ainda segundo Salvatti, a intenção do convênio é montar um projeto para desenvolver ainda mais o setor pesqueiro no Estado. "Queremos incentivar, principalmente, os polos de Manacapuru, Parintins, Purus e Solimões, que têm um grande potencial de produção e fazer com que quem mora no Amazonas passe a comprar os produtos feitos aqui mesmo e não fora do Estado", comentou. "Será um novo polo de atração econômica para o Estado", acrescentou.

Além disso, na avaliação da ministra, o segmento da pesca tem grandes capacidades de produzir para o mercado interno e obter incrementos com a exportação. A intenção de dar 'mais gás' ao setor

surgiu em função do fato de que o setor pesqueiro tem maior produção que o segmento bovino e influencia positivamente para a sustentabilidade.

A partir do convênio, será possível ainda posicionar as entidades ligadas ao segmento para desenvolver ações capazes de desenvolver as potencialidades do setor. Entre os campos a serem trabalhados estão as pescas artesanal, comercial e esportiva.

Pescadores

Um dia após o protesto de 800 pescadores, no município de Manacapuru, em função da ausência da ministra



Queremos incentivar, principalmente, os polos de Manacapuru, Parintins, Purus e Solimões, que têm um grande potencial de produção e fazer com que quem mora aqui passe a comprar produtos locais

Ideli Salvatti,
ministra da Pesca e Aquicultura

Ideli Salvatti em reunião no interior, os trabalhadores do segmento foram ouvidos pela representante do ministério. O encontro aconteceu na tarde de ontem na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e contou com a presença de aproximadamente 200 pescadores.

Alguns dos trabalhadores tiveram a chance de solicitar à ministra melhoras para o segmento. "A nossa atividade precisa ficar mais em alta não apenas na nossa região, mas também em todo o Brasil, para que possamos realizar a atividade até com mais gosto", destacou o pescador Ercival Ferreira.

Debate segue em Barcelos

Hoje, a ministra Ideli Salvatti discute, em Barcelos, regras para as pescas esportiva e ornamental no município – considerado um dos principais atrativos turísticos nacional e internacional no setor. Na programação, está prevista uma reunião com empresários da pesca, com prefeitos dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Novo Airão, além de Barcelos.

Segundo o prefeito do município, José Ribamar Beleza, será apresentado um relatório de propostas sobre a regularização da pesca esportiva com sugestões de projetos que possam ser debatidos na Câmara Federal. Ele disse ainda que o encontro poderá ser marcos na situação da pesca no município, uma vez que o setor precisa de uma regulamentação em nível federal. "Nossa intenção é finalizar a reunião com um acordo de cooperação técnica do rio Negro e que isso possa ser base para uma legislação federal o mais breve possível", disse.

Em outra reunião, a ministra se encontrará com empresários do ramo da pesca ornamental para debater a criação de uma portaria com a inclusão de novas espécies para exportação, além de discutir métodos de desburocratização do comércio legalizado da pesca ornamental em Barcelos e em Manaus. Atualmente, a liberação desse tipo de peixe chega a durar até 15 horas no Estado. A pesca ornamental movimentou mais de US\$ 2 milhões ao ano no município, gerando milhares de empregos na cidade e na capital.

Indústria do PIM demite 170 funcionários

RICHARD RODRIGUES

Equipe do EM TEMPO

richard@emtempo.com.br

O ntem, a Whirpool – fabricante de produtos da linha marrom no Polo Industrial de Manaus (PIM) – demitiu 170 trabalhadores. A empresa, que até então era responsável por 1,6 mil postos de trabalho, não deu nenhuma justificativa sobre os desligamentos – considerados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas como irregulares.

De acordo com o presidente da entidade, Valdemir Santana, todos os dispensados pela multinacional eram funcionários antigos, o que, segundo ele, foi inaceitável. "A Whir-

A SRTE/AM vai
averiguar os reais
motivos para
as demissões
na indústria de
produtos da
linha marrom

pool tem um grande quadro de funcionários contratados por tempo determinado, e o correto seria que esses trabalhadores fossem demitidos e não quem já era antigo", observou.

O dirigente acrescentou ainda que nenhuma justificativa foi dada sobre as demissões. "Vamos buscar informações sobre essas dispensas, além de levarmos ao conhecimento da Superintendência Regio-

nal do Trabalho e Emprego do Amazonas (SRTE/AM) na próxima segunda-feira", advertiu o presidente, que também vai pedir uma providência sobre o assunto no Ministério Público do Trabalho no Amazonas (MPT/AM).

As informações foram confirmadas por ex-funcionários da empresa. Um dos demitidos, que preferiu não se identificar, disse que, por conta das demissões, a Whirpool tinha paralisado uma das linhas de produção. "Os trabalhadores dessa linha

foram remanejados para a outra em que trabalhávamos", observou.

O funcionário dispensado complementou ainda que a multinacional, que até o mês passado operava em três turnos, deverá ficar apenas com dois em funcionamento.

Mais uma denúncia

Além de levar as demissões da Whirpool ao conhecimento da SRTE/AM, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana, também vai questionar junto ao órgão

a ação de alguns fiscais do trabalho. Segundo o dirigente, três empresas do PIM estão impossibilitadas de contratar mão de obra temporária, porque os fiscais consideram as admissões irregulares.

"Essas empresas querem contratar 1,2 mil trabalhadores e os fiscais disseram que não é possível pelo tempo de contrato, que é de três meses. Isso está completamente errado, já que esses postos empregariam vários amazonenses", salientou o presidente.

Demissões em análise

O titular da SRTE/AM, Alci no Vieira, informou que toda demissão precisa ser justificada, e assegurou que o órgão deverá averiguar quais foram os motivos pelos quais os 170 trabalhadores foram demitidos da fabricante de eletrodomésticos.

Com relação às contratações não efetuadas e denunciadas pelo Sindi-

cato dos Metalúrgicos, o delegado disse que as admissões seriam realizadas por empresas terceirizadas e não por aquelas em que os trabalhadores executariam as atividades. "Essa determinação está na Lei 6.019/74, que dita os requisitos a serem seguidos pelas contratantes", finalizou Vieira.

Consulta pública

Consulta pública

PPB para tablets entra em discussão

HENRIQUE SAUNIER

Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

O Brasil deu o primeiro passo para ingressar na produção de tablets. O 'start' foi dado com a abertura de consulta pública sobre o Processo Produtivo Básico (PPB), ontem, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). O documento prevê um prazo de 15 dias para as empresas interessadas apresentarem sugestões ao texto final.

O Diário Oficial da União (DOU) utilizou o termo 'microcomputador portátil, sem teclado físico, com tela sensível ao toque (touch screen) - tablet PC' para designar o gadget. A publicação acontece quase dois meses depois que o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, iniciou as discussões com os setores envolvidos para incluir as pranchetas eletrônicas no programa 'Computador para Todos', que reduziu impostos e barateou os computadores no Brasil.

Conforme a proposta do Mdic, até 31 de dezembro de 2013, as telas de cristal líquido, plasma ou que tenham outras tecnologias com ou sem dispo-

sitivo de captura de imagem ou alto-falantes incorporados estarão dispensados da montagem local, além do dispositivo apontador touch screen.

No entanto, segundo a publicação oficial, a partir de 1º de janeiro de 2014, pelo menos 50% - considerado o percentual mínimo - desses dois subconjuntos do aparelho deverão ser produzidos no país e a intenção.

A proposta do PPB para os tablets, uma das principais apostas de mercado de gigantes como a Apple, também definiu prazos para a produção local de outros componentes partes e peças. Para a placa-mãe, por exemplo, as empresas terão de chegar ao índice de nacionalização de 80% até 2012 e 95% de 2013 em diante.

Para as placas de circuitos impressos montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem a função de acesso à rede de comunicação sem fio (wireless), as empresas terão de nacionalizar parte da produção somente a partir de 2013, com 50% e 2014 com 80%. Outros requisitos para o cumprimento do PPB podem ser encontrados no Diário Oficial do dia 1º de abril.

Polo sem competitividade para fabricação

Mesmo com essa notícia positiva para o Brasil, o Polo Industrial de Manaus (PIM) tem tudo para ficar de fora dessa produção. Pelo menos esse é o pensamento do presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Wilson Périco.

De acordo com o representante, o fato de este produto estar encaixado na Lei de Informática - que reduz em até 80% o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) em todo o país - diminui a competitividade das indústrias locais produzirem aqui. E, segundo Périco, o principal vilão de Manaus ainda é a

logística e o modal aéreo de alto custo, que encarece os produtos.

"Tecnologia de manufatura nós temos de sobra por aqui, mas a empresa interessada vai ter de estudar as vantagens e desvantagem. Se uma empresa possui uma fábrica no Sul e outra aqui em Manaus, como são aplicados

os mesmos incentivos, ela vai preferir produzir naquela região que está mais próxima dos grandes centros comerciais do país. Uma fábrica no Sul com os mesmos incentivos consegue despachar em uma caminhão sua produção rapidamente para outro Estado e aqui dependemos de voos", explicou Périco.